



Coalition for the International Criminal Court

www.coalitionfortheicc.org

Para mais informações, contacte:

Em Cabo Verde: Maria das Dores Gomes
Presidente, Associação Cabo Verdiana de Mulheres Juristas
Juize Presidente, Tribunal da Praia
Tel: +238 976 0007

Em Benin: Francis Dako
Cordinador Regional para Africa, Coligação para o TPI
Tel: +229 21 32 28 06
E-mail: dako@coalitionfortheicc.org

Em Nova Iorque: Tania Deigni
Assistente do Programa Regional, Coligação para o TPI
Tel: (+) 1 646 465 8513
E-mail: deigni@coalitionfortheicc.org

PARA PUBLICAÇÃO IMEDIATA

2 de Novembro de 2010

Coligação Global Apêla Cabo-Verde a Juntar-se ao Tribunal Penal Internacional

Afirma que o Tratado de Ratificação deve ser Prioridade para pôr Fim a Impunidade

Nova Iorque, EUA – a Coligação para o Tribunal Penal Internacional (CTPI)—uma rede global de mais de 2.500 organizações não-governamentais e de sociedade civil—apêlou a Cabo Verde a reflectir sobre o seu compromisso à justiça internacional e ao estado de direito ora demonstrado, através da ratificação do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) e do Acordo sobre os Privilégios e Imunidades do TPI (APIC). A CTPI seleccionou Cabo Verde como foco da Campanha Universal de Ratificação (URC) para o mês de Novembro de 2010, uma campanha mensal lançada com vista a encorajar os países à aderirem ao sistema do Estatuto de Roma.

Numa carta datada de 2 de Novembro de 2010 dirigida a Sua Excelência o Presidente Cabo-verdiano, Pedro de Verona Rodrigues Pires, a CTPI apêla ao governo Cabo-Verdiano a prioritarizar a sua ratificação ao Estatuto de Roma—o tratado fundador do primeiro tribunal internacional permanente capaz de julgar prepetores de genocídio, crimes contra a humanidade, e crimes de guerra. A recente ratificação por parte da República da Moldova em Outubro de 2010 reflecte o impulso global em pôr fim a impunidade através do sistema do Estatuto de Roma. 114 estados já aderiram ou ratificaram o Estatuto de Roma e 139 são signatários.

A CTPI apêlou ao Presidente Pires a aumentar os esforços de Cabo-Verde na ratificação dos Estatutos de Roma de modo a assegurar que o progresso em relação a ratificação do Estatuto de Roma avance. A ratificação do tratado será consistente com o compromisso do governo de Cabo-Verde em salvaguardar os direitos humanos conforme contido na Constituição, e para avançar o estado de direito. Para além disso, a CTPI felicita a adopção por parte de Cabo-Verde, de duas provisões constitucionais sobre o TPI, reafirmando que Cabo-Verde poderá aderir a jurisdição do TPI e que as proibições constitucionais sobre extraditação ora existentes não previnem o exercício da jurisdição do TPI, com base nas provisões sobre complementaridade e outros termos sobre o Estatuto de Roma.

William Pace, Convocador da CTIP, encorajou Cabo Verde a demonstrar o seu compromisso a um estado de direito: “Através da Ratificação do Estatuto de Roma, Cabo-Verde expressará o seu compromisso em promover o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos conforme expressos na Constituição. Cabo Verde poderá também liderar a iniciativa dentre os países lusófonos em Africa, orientando a região no apoio universal do estado de direito e justiça internacional, conforme representado através do Estatuto de Roma para o Tribunal Penal Internacional.” O apêlo do CTPI para a ratificação por parte de Cabo Verde segue a conclusão da primeira Conferência de Revisão do Estatuto de Roma que decorreu em Kampala de 31 de Maio a 11 de Junho de 2010.

“A Associação Cabo-Verdiana das Mulheres Juristas (AMJ) seguiu de perto o processo de ratificação do Estatuto de Roma,” afirmou Maria das Dores Gomes, Presidente da Associação. Esta apêla ao governo de Cabo-Verde a proceder, sem demora, a ratificação do Estatuto de Roma que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional como forma de demonstrar a comunidade internacional o seu compromisso ao estado de direito e na luta contra a impunidade. Tornando-se um estado de parte, permitirá também a Cabo-Verde levar a cabo reformas jurídicas necessárias para a implementação das provisões do Estatuto de Roma na lei doméstica com vista a uma complementaridade positiva entres ambas as jurisdições.”

Como estado parte, Cabo Verde poderá participar activamente na Assembleia anual dos Estados Partes (ASP) da TPI durante o qual os estados tomam decisões importantes em relação a administração do Tribunal, incluindo a eleição de juizes e promotores públicos.

Actualmente, existem 114 Estados Partes do TPI. Um aspecto chave ao mandato do Tribunal é o principio de complementaridade na qual o Tribunal só intervine se os sistemas de justiça a nível nacional não possuem capacidade ou vontade de investigar e julgar prepetores de genocidio, crimes contra a humanidade e crimes de Guerra. Existem actualmente cinco investigações perante ao Tribunal: República Centro Africana; República Democrática do Congo; Darfur, Sudão; Uganda, e Quénia.

#####